

12

COMPROMISSOS
PARA UM **BRASIL**
COMPETITIVO



FRENTE PARLAMENTAR
**PELO BRASIL
COMPETITIVO**



MBC[®]
MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO

✍️ Brasil está, mais uma vez, às portas de escolher o próprio futuro. O que se quer para os próximos quatro anos começa a ser decidido agora. Os cidadãos que irão às urnas esperam que os eleitos tornem a vida deles melhor do que ela está hoje.

Os brasileiros têm sofrido muito nos últimos anos. Pandemia, recessão, desemprego, inflação, fome. As dificuldades de um País que é capaz de exportar talentos das universidades diretamente para empresas de ponta no exterior e, ao mesmo tempo, ver uma multidão de 23 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, recebendo menos de R\$ 7 por dia.

Para debater o futuro que queremos e os caminhos para que o País possa virar a chave rumo ao desenvolvimento, o setor produtivo brasileiro e a sociedade civil organizada, liderados pela **Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo** e pelo **Movimento Brasil Competitivo**, apresentam a agenda “12 Compromissos para um Brasil Competitivo”, um documento para pautar a competitividade junto aos candidatos ao Executivo e Legislativo, com nossos diagnósticos, metas e, mais importante, propostas, para avançarmos enquanto nação.

Debater o Custo Brasil é fundamental, uma âncora de R\$ 1,5 trilhão, o equivalente a mais de 20% do PIB, que nos condena ao baixo crescimento econômico, à ausência de empregos e ao achatamento da renda. Avançar no caminho proposto nesses doze compromissos é imprescindível para desenharmos o País que queremos.

Este documento é um tratado com diversas sugestões para atacar esse problema e fazer com que o Brasil acelere a trajetória rumo ao desenvolvimento, de maneira justa, sustentável e inclusiva.

12 COMPROMISSOS PARA UM BRASIL COMPETITIVO

1. Acesso a **crédito competitivo**

2. **Simplificação tributária** e eliminação da cumulatividade

3. Acesso à **educação profissional e tecnológica** de qualidade

4. Ampliação e atualização da **infraestrutura digital**

5. Diversificação da **matriz logística** nacional com o apoio da iniciativa privada

6. Reorganização da **matriz energética** para diminuir o custo da energia e o risco de desabastecimento

7. Modernização da **legislação trabalhista** para criação de empregos formais

8. **Simplificação regulatória**, profissionalização e independência das agências reguladoras

9. Integração com **economia global**

10. Ampliação da **eficiência do serviço público** brasileiro a partir da transformação digital

11. Melhoria do ambiente de **pesquisa, desenvolvimento e inovação**

12. Avanço das políticas públicas de **promoção da sustentabilidade** e melhoria das regulações ambientais

1. ACESSO A CRÉDITO COMPETITIVO

a) Situação atual:

No Brasil, o mercado de crédito se caracteriza por baixos volumes e alto custo¹.

2021: o [estoque de operações de crédito subiu 16,5% \(R\\$ 4,68 trilhões\)² em relação a 2020](#) e a taxa média de juros ficou em 24,4% ao ano³ (aumento de 6 p.p. em relação a dez/2020).

O spread bancário total em 2021 foi de 15,8 p.p. Para PJ, o valor é de 10 p.p. (dados das estatísticas monetárias e de crédito do Bacen).



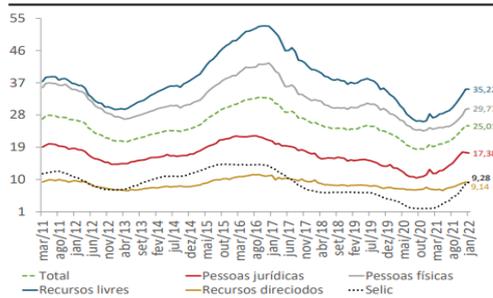
Fonte: dados do Bacen, elaboração Poder 360

Taxa de juros x spread com recursos livres, em % ao ano

	taxas de juros		spread	
	pessoa jurídica	pessoa física	pessoa jurídica	pessoa física
dez.2020	11,6	37,2	7,7	32,1
dez.2021	20,0	45,1	10,0	34,8

Fonte: dados do Bacen, elaboração Poder 360

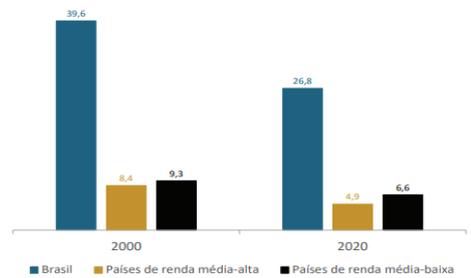
Taxa de juros das operações de crédito dessazonalizadas (Em % a.a.)



Fonte: BCB.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Brasil versus grupos de países: spread médio entre as taxas de empréstimo e captação dos bancos (Em % a.a.)



World Development Indicators (World Bank).

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O crédito doméstico para o setor privado – conforme indicador do [Banco Mundial](#), que considera empréstimos, títulos de dívidas e recebíveis – **representa 62% do PIB no Brasil**, valor considerado baixo quando comparado a economias mais desenvolvidas.

Nos países da OCDE, por exemplo, o mercado de crédito equivale a 122% do PIB e, nos Estados Unidos, o número é de 192%.⁴

¹ Alta concentração bancária, bancos com alta lucratividade na subscrição de títulos da dívida pública e na cobrança de serviços, excessiva regulamentação que reprime maior concorrência, mercado de garantias ainda muito limitado.

² Corresponde a 54% do PIB.

³ Taxa média considera recursos livres e direcionados.

⁴ Dados do estudo Panorama Brasil – Mercado de Crédito da consultoria Oliver Wyman. Acesso em 15/4/22

O "custo do crédito" corresponde, na prática, a uma equação, levada a efeito pelo agente financiador e pelo tomador, a fim de que se construa o cenário favorável e os números pertinentes à ocorrência da transação. Nesse contexto, a carga tributária ocupa posição de destaque, assim como elementos de cenário macroeconômico e microeconômico, tais como o imposto sobre operações financeiras

b) Meta:

Mercado de crédito representando 100% do PIB até 2030 (somando empréstimos, títulos de dívidas e recebíveis) e spread bancário convergir para níveis de países de renda média-alta (~5,5% a.a.).

c) Propostas:

- Avançar em melhorias regulatórias⁵ e legislativas para que outros players, como fintechs, possam entrar no mercado de crédito, aumentando a agilidade das operações e diminuindo a assimetria de informações que deixam a tomada de crédito tão desigual.
- Criação das Instituições Gestoras de Garantias (PL 4188/21), regulamentação do Sistema Nacional de Garantias⁶ e regulamentação necessária para a plena adoção do Sistema de Registros Públicos (SERP).
- Zerar o Imposto sobre Operações Financeiras destinadas a investimentos.
- Reduzir as exigências burocráticas nos bancos públicos ou repasses para operações abaixo de R\$ 10 mil para as MPMEs.
- Permitir o aproveitamento dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis/Cofins (critérios)⁷.
- Fixar teto aos spreads das instituições repassadoras, nas operações indiretas de financiamento do BNDES.
- Revisar a taxa de juros para financiamentos de longo prazo do BNDES (Lei 13.483/2017) para melhorar a atratividade das linhas

* Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/estoque-de-credito-sobe-165-no-pais-em-2021-diz-bc/>
Acesso em 16/4/22

⁵ Exemplos: aprovação do Novo Marco de Securitização (MP1103), Programa de Simplificação do Microcrédito Digital (SIM Digital). Considerar também redução do depósito compulsório para aumentar a oferta de empréstimos a partir dos depósitos à vista. Hoje existem cerca de R\$ 205 bilhões apenas na parcela remunerada a partir da SELIC. BACEN - no documento BDB - Juros e Spread – eles mesmos listam a redução do compulsório como medida efetiva para a redução de ambos (vide BCBb, p. 39).

⁶ Decreto nº 10.780.

⁷ i) pagamento na aquisição de máquinas e equipamentos;

ii) pagamento na aquisição de insumos e materiais de embalagem;

iii) instrumento de garantia e quitação de financiamentos das empresas junto às instituições financeiras, as quais poderão utilizar os créditos para pagar débitos próprios de quaisquer tributos federais;

iv) pagamento integral ou parcial em transação tributária e parcelamentos, próprios ou de terceiros;

v) transferência a terceiros para quitação de débitos correntes.

2. SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA E ELIMINAÇÃO DA CUMULATIVIDADE

a) Situação atual:

A alta complexidade do sistema gera um contencioso tributário de R\$ 5,4 trilhões (ou 75% do PIB), segundo o INSPER. No caso da tributação sobre o consumo, todos os entes, União (PIS/Cofins, IPI), estados (ICMS) e municípios (ISS), têm competência para legislar, e isso gera milhares de interpretações e conflitos que tornam o sistema disfuncional.

O número de horas gastas para o pagamento de tributos - 1.500 h/ano - coloca o Brasil na última posição entre os 190 países analisados pelo estudo Doing Business. Dessas, 885 horas são dedicadas apenas ao pagamento de tributos indiretos.

Um estudo do Ministério da Economia, desenvolvido em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), revelou um dado inédito do impacto real do Custo Brasil na economia: R\$1,5 trilhão ou 22% do PIB nacional⁸, a onerar o setor anualmente, comparado ao custo médio de países que integram a OCDE.

A mandala demonstra o ciclo de vida de uma empresa e os gargalos existentes nessa caminhada. Entre eles, o sistema tributário, insegurança jurídica e a dificuldade de se integrar em cadeias produtivas globais, dentre outros.

Entre os doze temas mapeados pelo estudo, o eixo relacionado ao pagamento de tributos é o segundo que mais contribui para o Custo Brasil, onerando as empresas brasileiras entre R\$ 240 e R\$ 280 bilhões por ano acima da média de custo das empresas nos países da OCDE.

De acordo com o relatório Doing Business Subnacional Brasil 2021, publicado neste ano pelo Banco Mundial, as empresas brasileiras gastam – em média – entre 1.458 e 1.501 horas por ano para preparar, declarar e pagar impostos. Quanto maior o porte e abrangência de atuação da empresa, porém, mais complexo se torna o compliance tributário, de modo que, segundo estudo da Deloitte⁹, as empresas com receita líquida anual média da ordem de R\$ 45 milhões gastam 2.960 horas por ano para o cumprimento das obrigações tributárias; já aquelas com média de receita anual do porte de R\$ 1,1

bilhão veem a demanda de horas média subir para 8.948 horas por ano. Por fim, entre as organizações com média de R\$ 7,1 bilhões de receita, a dedicação necessária chega a 33.781 horas por ano – ou 22 vezes a média geral das empresas brasileiras. Segundo a pesquisa, os tributos federais são os principais responsáveis pelas horas gastas com obrigações tributárias.

Média de horas gastas na gestão tributária por ano



Fonte: DELOITTE, 2020

⁸ Dados de 2018. Ver www.mbc.org.br

⁹ OTT, 2020. "Tax do Amanhã – Tecnologias e recursos para os atuais desafios tributários das organizações." : <https://pesquisas.lp.deloittecomunicacao.com.br/tax-do-amanha> Acesso em 22/4/22.

Para se ter uma comparação, a média de tempo necessário por ano para o pagamento de tributos nos países da OCDE é de 155,7 horas, ou seja, quase 10 vezes menos do que o Brasil. Mesmo entre os países da região da América Latina e Caribe, a média é significativamente menor que em nosso País: 325,3 horas por ano. Já entre os países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a média é de 437,2 horas.

Para além da alta carga tributária sobre as empresas, o Custo Brasil associado ao pagamento de tributos vem exatamente da complexidade e ineficiência do sistema brasileiro, que demanda das empresas mais horas para cumprir suas obrigações em comparação aos países com quem o Brasil compete. É preciso aprovar medidas de simplificação e otimização do sistema tributário que deem ganho de competitividade às empresas brasileiras e lhes permitam competir em pé de igualdade com as principais economias do mundo, gerando empregos e renda ao País.

a) Meta:

Reduzir o número de horas gastas para o pagamento de tributos indiretos para a média da OCDE (161 horas)¹⁰ até 2030.

b) Propostas:

- Aprovação de reforma tributária ampla alinhada aos padrões internacionais, que reduza litígios e traga segurança jurídica, contemplando:
 - a garantia da unificação de tributos como PIS e COFINS, fim da cumulatividade, manutenção da carga, tributação no destino, prazos de transição razoáveis, não criação de imposto sobre movimentações financeiras, progressividade do sistema (tributar mais quem ganha mais), desoneração de investimentos e de exportações, homogeneização regional.
- Simplificação/diminuição de Obrigações Tributárias Acessórias e de suas formas de apuração:
 - toda criação de obrigação acessória só deverá ser permitida em formato de lei, para todos os entes públicos;
 - trabalho conjunto com municípios para evitar conflitos de competência entre prefeituras.

¹⁰ O *Doing Business* mede aspectos da eficiência regulatória e da qualidade institucional dos principais processos que afetam as pequenas e médias empresas nacionais em 191 economias. De acordo com estudo da Endeavor e EY, com a aprovação de uma reforma que unifique os tributos sobre o consumo, estima-se a redução de 68%, ou 600 horas por ano, no tempo de compliance tributário dos tributos indiretos para as empresas. Isso implica a redução de 885 horas/ano para 285 horas/ano, diminuindo drasticamente o contencioso tributário brasileiro (Endeavor e EY, 2020).

3. ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE QUALIDADE

a) Situação atual:

A baixa qualificação da força de trabalho tem limitado fortemente a capacidade do País de reduzir os diferenciais de competitividade com relação às economias mais avançadas. Estudo recente do MBC¹¹, em parceria com o Ministério da Economia, para avaliar o peso do chamado “Custo Brasil” aponta o pilar de capital humano como o que representa maior gap do Brasil na comparação com a média da OCDE, gerando um custo adicional de cerca de R\$ 280 bilhões ao ano para o setor produtivo brasileiro. Desse total, 44% (ou R\$ 123 bilhões a.a.) se referem especificamente às limitações nas habilidades da força de trabalho.

O Brasil permanece atrasado no que diz respeito à promoção do acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). [Apenas 4% dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos estavam matriculados em cursos técnicos ou profissionais em 2018, pior performance dentre os 37 países avaliados pela OCDE](#). (Dados do relatório *Education at a Glance*, 2018).

[Um estudo elaborado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios \(PNAD\)](#) aponta que o ensino técnico de nível médio tem conduzido à diferenciação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a [ganhos salariais em termos reais para os egressos do sistema](#). Jovens que cursaram o ensino técnico têm rendimento no mercado de trabalho superior aos que frequentaram o ensino médio regular. Além disso, há evidências de que o retorno para a sociedade compensa os custos dos investimentos em cursos técnicos ou profissionalizantes.

Essa falha em garantir acesso à qualificação técnica e profissional em patamares mais elevados ajuda a explicar um aparente paradoxo: num país em que o desemprego aberto atinge recordes históricos (próximo de 11% da população economicamente ativa, e 23% dos jovens de 18 a 24 anos, [segundo dados da PNAD-C/IBGE para o 4º Trimestre de 2021](#)), empresários que querem ampliar seu potencial de produção e reduzir a ociosidade instalada têm tido dificuldades para encontrar mão de obra qualificada. O chamado “**apagão de mão de obra qualificada**” tem afetado [tanto áreas tradicionais da indústria quanto áreas mais afeitas à “economia do conhecimento”](#), como é o caso da chamada “ciência de dados”. Segundo [estimativas da CNI](#), apenas considerando o setor industrial, faltarão 300 mil profissionais nos próximos dois anos.

b) Meta:

Quarenta por cento de participação das matrículas do ensino médio técnico no total de matrículas no ensino médio regular em 2030.

¹¹ <https://www.mbc.org.br/programa-custo-brasil/>

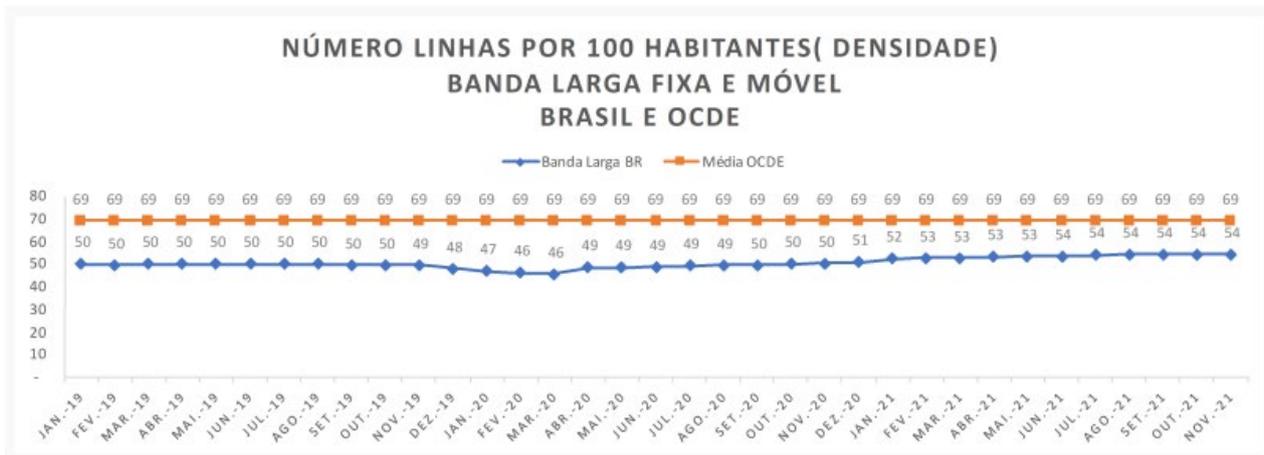
c) Propostas:

- Valorizar a Educação Profissional e Tecnológica como alternativa efetiva de qualificação profissional e inserção competitiva no mercado de trabalho.
- Implantar com urgência Programa de Capacitação Permanente de Professores para atender ao novo perfil dos estudantes de EPT e às demandas do mercado, que experimenta evolução exponencial.
- Fomentar a implementação dos itinerários profissionais do Novo Ensino Médio junto aos estados, adequando a oferta de vagas de EPT às demandas do setor produtivo.
- Adotar mecanismos de compensação tributária para fomentar o investimento das empresas em programas de aprendizagem para atender às demandas de curto prazo do mercado.
- Estruturar redes de colaboração e articulação interinstitucional, aproximando empresas e empresários demandantes de pessoal qualificado dos ofertantes de EPT, e instituindo fóruns adequados à troca de experiências por parte das entidades/organizações.
- Fomentar maior participação do setor privado na oferta de vagas de EPT, formando um ecossistema de promoção de atividades de aprendizagem que contemplem a experiência no ambiente real, com maior coordenação entre as empresas, para desenvolvimento e retenção de talentos.
- Identificar e disseminar boas práticas de EPT com base em evidências, como a adoção da metodologia 70-20-10 (70 Aprendizado no ambiente informal do trabalho, 20 Aprendizado pelo compartilhamento de experiências e 10 Cursos formais) para aumentar o desempenho escolar e profissional.

4. AMPLIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DIGITAL

a) Situação atual:

O Brasil progrediu em relação ao acesso à internet nos últimos anos, no entanto, ainda está longe dos níveis da OCDE: BR tem, em média, 54 acessos por 100 hab. (nov-2021), enquanto OCDE tem 69 acessos por 100 habitantes (2018).



Fontes: ANATEL e International Telecommunication Union (ITU), Análise Fundação Getúlio Vargas. Observação: OCDE dados referentes a 2019.

Durante a pandemia, ocorreram vários avanços em relação ao aumento de conectividade, frutos de uma agenda que se consolidou com o desenvolvimento de um plano nacional, a [Estratégia Brasileira para a Transformação Digital \(E-Digital\)](#), lançada pelo governo em 2018.

b) Meta:

Garantir banda larga¹² de alta velocidade em 90% dos domicílios¹³ até 2030.

c) Propostas:

- Harmonizar a legislação municipal à federal no que se refere à infraestrutura de telecom para acelerar a implementação das redes 5G e avançar com o 4G para o interior do País.
- Parcerias Público-Privadas para ampliar a rede de fibra ótica, especialmente no Norte e Nordeste.

12 O acesso em banda larga é caracterizado pela disponibilização de infraestrutura de telecomunicações que possibilite tráfego de informações contínuo, ininterrupto e com capacidade suficiente para as aplicações de dados, voz e vídeo mais comuns ou socialmente relevantes.

13 Meta programa Conecta Brasil (BRASIL, 2019a) 91% até 2023. Dado disponível em

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6259/1/Jos%C3%A9%20C%C3%A1udio%20Guedes%20das%20Neves.pdf> e no PPA 2019:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=15&data=30/12/2019&captchafield=firstAccess> Acesso em 15/5/22.

- [Infraestrutura necessária](#) de 5G para garantir o potencial da indústria 4.0.
- Política de atração de investimentos para ampliação de datacenters no País.
- Estimular maior diversidade nos modelos de conectividade que atendam às necessidades dos diferentes segmentos produtivos.
- Adotar o protocolo IPv6 e de conteúdo compatível para garantir efetividade do uso das redes e recursos para expansão da digitalização.
- Medidas fiscais para reduzir o custo de aquisição e fabricação de roteadores de novas gerações de Wi-Fi.

5. DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ LOGÍSTICA NACIONAL COM O APOIO DA INICIATIVA PRIVADA

a) Situação atual:

As cadeias de abastecimento têm sofrido muito na sua competitividade, por excesso de custos e tempo, em especial, no comércio exterior, devido à baixa qualidade da infraestrutura. São rodovias deficientes, ferrovias insuficientes, transporte fluvial quase inexistente e cabotagem insuficiente. Portos ineficientes, insuficiência de terminais de transbordo de carga, e sistemas de armazenagem insuficientes, em especial, para commodities agrícolas.

Com a aprovação do BR do Mar (foco em 4 eixos temáticos importantes: frota, indústria naval, custos e porto), propõe-se a aumentar a frota nacional e equilibrar a matriz de transportes. O programa pode significar um aumento de 40% nas embarcações que trafegam pela costa brasileira e a expectativa é que a nova legislação promova um aumento para 30% na participação da cabotagem na matriz de transportes.

Estimativas da EPL apontam que atualmente a cabotagem custa em média 60% menos que o modo rodoviário e 40% menos que o ferroviário. Essa diferença se dá, sobretudo, pelo fato de a cabotagem ser um modo de transporte de alta capacidade e com baixo risco de roubos e avarias na carga, o que permite um ganho de escala, de forma a reduzir o custo unitário.

Ferrovias - malha de 29.878 quilômetros de extensão. Entretanto, apenas 7 mil quilômetros se encontram em plena operação (13 linhas). Além disso, 13,5 mil quilômetros registram baixa densidade de tráfego e 8,5 mil quilômetros estão subutilizados e não possuem operação comercial.

Com a aprovação do novo Marco Legal, que permite o uso do regime de autorizações para construção e operação de novas linhas férreas no Brasil, nos mesmos moldes já usados nos setores portuário e de telecomunicações, as ferrovias podem dobrar a participação na matriz de transportes até 2035 e o Brasil, atingir patamares equivalentes aos países desenvolvidos.

Hoje, as rodovias respondem por $\frac{2}{3}$ do transporte de cargas.

A matriz de transportes brasileira é desequilibrada - rodoviário: 66,2%; ferroviário: 17,69%; cabotagem: 9,21%; hidroviário: 5,58%; dutoviário: 1,26%; aeroviário: 0,06% (dados de 2017); conforme apresentado a seguir (ANTT):

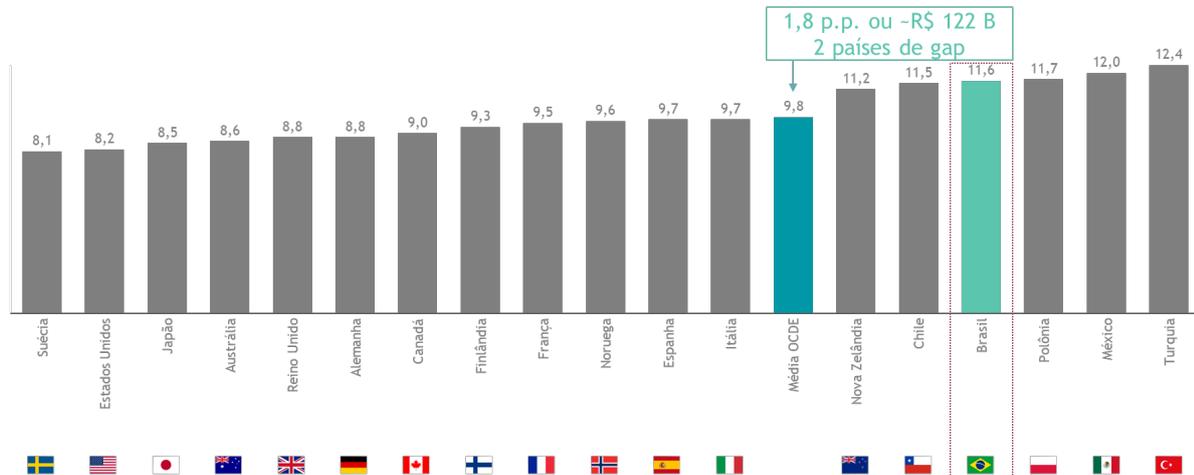
Modo de transporte	TKU de 2017 (Bilhões)	Div. Modal 2017
Rodoviário	1.549,84	66,21%
Ferroviário	414,12	17,69%
Cabotagem costeira	215,49	9,21%
Hidroviário	130,60	5,58%
Dutoviário	29,55	1,26%
Aeroviário	1,32	0,06%
Total Geral	2.340,96	100,00%

Custo médio de transporte de cargas (R\$ 1000 TKU) = **209,11**

Fonte: ANTT

Excesso de custos e tempo gasto: Brasil gasta 1,8 p.p. do PIB a mais que a média da OCDE com logística (Armstrong & Associates, IBGE, Análise CPI).

Gasto em logística como % do PIB, 2017 (Países com área > 200 km²)



Fonte: Armstrong & Associates, IBGE, Análise CPI

b) Meta:

Diversificação do modal logístico (meta Plano Nacional de Logística - PNL^{14/15}): 51% rodovias; 31% ferrovias; 11% cabotagem; 6% hidroviário; 0,05% aeroviário; 1% dutoviário; conforme apresentado na tabela abaixo:

Elemento de Representação	Indicador	Modo de transporte	Cenário 4
Racionalidade da Matriz de Transportes	Matriz de transporte em TKU	Rodoviário	50,84%
Racionalidade da Matriz de Transportes	Matriz de transporte em TKU	Ferroviário	31,09%
Racionalidade da Matriz de Transportes	Matriz de transporte em TKU	Cabotagem costeira	10,62%
Racionalidade da Matriz de Transportes	Matriz de transporte em TKU	Hidroviário	6,02%
Racionalidade da Matriz de Transportes	Matriz de transporte em TKU	Aeroviário	0,05%
Racionalidade da Matriz de Transportes	Matriz de transporte em TKU	Dutoviário	1,38%

Custo médio de transporte de cargas (R\$ 1000 TKU) = **151,05**

Fonte: EPL (2021)

c) Propostas:

- Implementar o PNL com previsibilidade para os investidores de longo prazo.
- Incentivar os instrumentos privados de fomento e aprovação da lei de debêntures de infraestrutura.
- Manter renovações antecipadas das concessões ferroviárias e retomar obras paradas.
- Melhorar a qualidade dos ativos de infraestrutura existentes.
- Manter agenda de desestatização dos aeroportos da Infraero e ampliar operação de rotas regionais.
- Ampliar a agenda de desestatização de portos.
- Ampliar a infraestrutura necessária para utilização da cabotagem¹⁶.

¹⁴ O PNL é um dos principais instrumentos que o poder público dispõe para planejar, no longo prazo, a infraestrutura de transportes brasileira. O PNL identifica e propõe, com base no diagnóstico atual, soluções que contribuam para o desenvolvimento brasileiro. O objetivo é indicar empreendimentos que propiciem a redução dos custos, melhorar o nível de serviço para os usuários, buscar o equilíbrio da matriz, aumentar a eficiência dos modos utilizados para a movimentação das cargas e diminuir a emissão de poluentes.

¹⁵ Cenário 4 PNL – Empreendimentos previstos e BR do Mar - Referencial: Leva em conta a manutenção e finalização dos empreendimentos de infraestrutura em execução e com orçamento previsto no PPA 2019-2023, a implementação dos empreendimentos de parcerias qualificados no PPI até maio de 2021, a implementação da carteira de empreendimentos de curto prazo consolidada do Minfra e a avaliação de impacto do BR do Mar. As projeções econômicas são as de referência e as inovações tecnológicas não são incluídas (PNL 2035).

¹⁶ Meta Minfra: ampliar o volume de contêineres transportados, por ano, de 1,2 milhão de TEUs (unidade equivalente a 20 pés), em 2019, para 2 milhões de TEUs, em 2022, além de ampliar em 40% a capacidade da frota marítima

- Ampliar a utilização do modelo de rodovias inteligentes, usando o benchmark da Nova Dutra.
- Incentivar o uso de tecnologias verdes nas obras de infraestrutura.

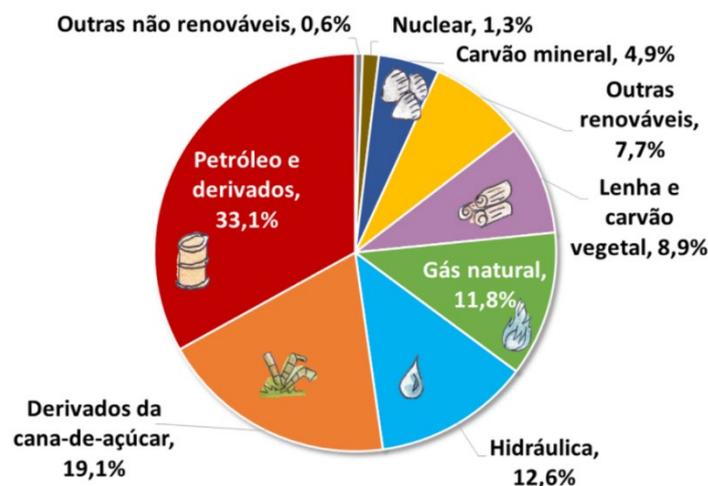
dedicada à cabotagem nos próximos três anos, excluindo as embarcações dedicadas ao transporte de petróleo e derivados.

6. REORGANIZAÇÃO DA MATRIZ ENERGÉTICA PARA DIMINUIR O CUSTO DA ENERGIA E O RISCO DE DESABASTECIMENTO

a) Situação atual:

Entre os doze temas mapeados pelo estudo do Custo Brasil, o eixo relacionado ao acesso a insumos básicos – como a energia elétrica – é uma das dimensões que contribui para o Custo Brasil, onerando as empresas brasileiras entre R\$ 20 e R\$ 23 bilhões por ano acima da média de custo das empresas nos países da OCDE. Além disso, pelo fato de todas as atividades econômicas dependerem da energia, o tema se torna mais transversal, perpassando todos os eixos da mandala.

O [consumo de energia proveniente de fontes renováveis no Brasil é de 46% \(2019\), enquanto para o mundo a média é de 14%](#). Logo, como consumimos mais energia renovável que em outros países, dividindo a emissão de gases de efeito estufa pelo número total de habitantes no Brasil, veremos que nosso País emite menos GEE por habitante que outros países - **vantagem comparativa brasileira em termos de sustentabilidade**. O custo de geração também é mais barato no Brasil que no resto do mundo.



Matriz Energética Brasileira 2020 (BEN, 2021)

Apesar de o **preço da energia gerada no Brasil ser dos mais baixos** em termos mundiais, temos que **o preço para o consumidor final é o segundo mais caro do mundo**, atrás apenas da Alemanha (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2022). A alta incidência de impostos muda completamente os preços finais. O seu peso em cada segmento do setor energético, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), sobre a tarifa paga pelo consumidor, tem esse perfil: [distribuição, 29,5%; impostos na distribuição, 35,5%; na geração, 28,5%; e em transmissão, 6,5%](#). Tanto na geração como na transmissão, incide carga tributária diferenciada.

b) Meta:

Ampliar a geração e acesso ao mercado livre de energia, estimulando o uso de fontes renováveis e reduzindo os encargos setoriais.

c) Propostas:

- Modernizar o Setor Elétrico e ampliar o acesso ao mercado livre de energia por meio da aprovação dos [PLs 414/2021](#) e [1917/2015](#).
- [Reduzir a tributação e novo modelo de financiamento dos subsídios e encargos setoriais](#), transferindo progressivamente os subsídios embutidos na CDE para o Tesouro Nacional.
- Aprimorar a governança setorial, de forma a estabelecer políticas energéticas eficientes e competitivas, minimizando o risco de desabastecimento:
 - [evitar trancamentos tecnológicos, além de uma ágil adequação do arcabouço regulatório de energia frente a inovações tecnológicas e de modelos de negócios.](#)
- Monitorar os desdobramentos da privatização da Eletrobras.
- Ampliar as concessões de geração e transmissão de energia.
- Implementar o Novo Mercado de Gás.
- Fortalecer as políticas de suporte à transição energética.

7. MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA CRIAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS

a) Situação atual:

Os principais indicadores recentes de emprego no País demonstram que a **trajetória de retomada do mercado de trabalho brasileiro vem se consolidando**, refletindo a forte expansão da população ocupada e seus efeitos sobre a redução do desemprego. A [população ocupada atual é estimada em 95,3 milhões](#) (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pnad Contínua).

A expansão da ocupação vem ocorrendo de forma generalizada, atingindo todos os segmentos etários e educacionais, além de todos os setores da economia. No entanto, a insegurança jurídica envolvendo MPs, decretos e entendimentos não uniformes no Judiciário permanece, indo na direção contrária à da continuidade da expansão do emprego.

Ao mesmo tempo, [a taxa de informalidade atingiu 40,1% da população ocupada](#) (IBGE) no 1T22 ~ 38 milhões de trabalhadores sem vínculo. [A taxa de desemprego está em 9,8% da população](#) (maio/22) - são **10,5 milhões** de desempregados, dos quais mais de [30% estão nessa situação há mais de dois anos](#).¹⁷ Entre jovens de 18 e 24 anos, [a taxa é de quase 30%](#).

b) Metas:

- **Diminuir taxa de desemprego para 8%.**
- **Ter mais de 100 milhões de pessoas ocupadas.**
- **Diminuir a informalidade para 30% (10 p.p. de redução) até 2025.**

c) Propostas:

- Aprofundar os avanços da reforma trabalhista, contribuindo para o aumento da segurança jurídica (ex.: prevalência do negociado pela lei, terceirização de atividades meio).
- Avançar em medidas legais e infralegais de modernização, simplificação e eficiência das relações do trabalho de curto e médio prazos, com especial atenção para a área de SST, FAP, revisão/atualização da CBO e a finalização do ciclo de revisão de normas regulamentadoras (NRs):
 - ágil adequação do arcabouço regulatório, visando diminuir inseguranças jurídicas provenientes de novos [formatos de trabalho](#).
- Reforçar a legislação da aprendizagem, aumentando seu caráter educativo e alinhando a oferta de mão de obra de jovens às demandas do setor produtivo (Lei do

¹⁷ Levantamento da LCA Consultoria.

Primeiro Emprego), facilitação de contratação de PCDs (PL 1231/15) e investimento público em mobilidade adequada.

- Aprimorar os métodos de inspeção de trabalho.
- Eliminar os impostos meramente arrecadatários que incidem sobre a folha de pagamento.

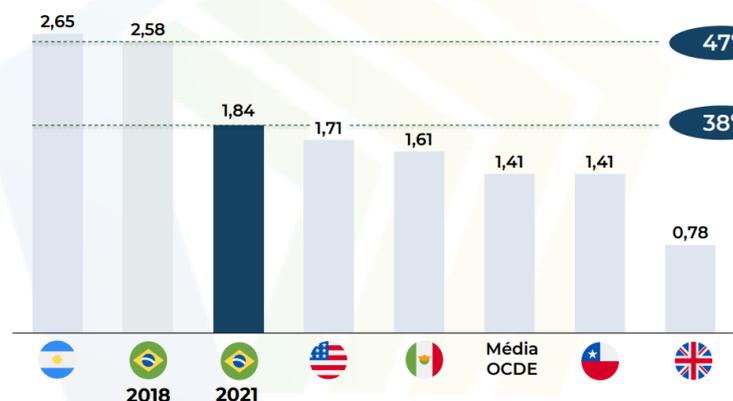
8. SIMPLIFICAÇÃO REGULATÓRIA, PROFISSIONALIZAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

a) Situação atual:

- Falta de autonomia e ingerência política nas agências reguladoras.
- Insegurança jurídica provocada por normas regulatórias excessivas e conflitantes.
- Falta de governança regulatória dos diversos níveis federativos.
- Radar Regulatório da SEAE/ME projeta pontuação do Brasil em 1,84 para o ano de 2021. Em 2018, o valor era de 2,58 (quanto menor, melhor). A média da OCDE em 2018 era de 1,41.

A pontuação projetada do Brasil no Ranking PMR

Estimativa baseada na análise feita pela SEAE



Para medir a posição regulatória dos países e acompanhar os progressos da reforma ao longo do tempo, a OCDE tem vindo a produzir, desde 1998, um conjunto de indicadores de regulação do mercado de produtos (PMR).

Panorama regulatório PMR

- Racionalização dos regulamentos para O&G (Lei 14.134/2021)
- Fim da restrição ao capital estrangeiro na indústria aérea (Lei 13.842/2019)
- Fim da restrição ao capital estrangeiro no setor das Telecomunicações (Lei 14.195/2021)
- Nova lei da banda larga, com maior segurança jurídica para os investimentos (Lei 13.879/2019)
- Incentivos para realizar análises custo-benefício (Calculadora de encargos regulamentares - CalReg)
- Redução da burocracia e da carga regulatória (Decreto 10.411/2020)
- Novo marco legal do mercado de câmbio (PL 5.387/2019)

Melhoramentos regulamentares implementados (até Novembro 2021)

Fonte: Radar Regulatório, SEAE/ME

b) Meta:

Igualar o indicador de regulação do mercado de produtos (PMR, OCDE)¹⁸ do Brasil ao da OCDE até 2028¹⁹.

c) Propostas:

- Aderir à OCDE.
- Aprovar as reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia.
- Implementar boas práticas regulatórias que promovam segurança jurídica e transparência, facilitando as interações entre reguladores e regulados.
- Avançar na agenda de simplificação regulatória.

¹⁸ Indicador de eficácia regulatória, medido, a partir de percepções dos empresários, a cada cinco anos. Próxima medição: 2023.

¹⁹ Em 2023 e 2028 acontecerão novas medições.

- Ampliar a adoção de instrumentos de Avaliação de Impacto Regulatório.
- Fortalecer as agências reguladoras, garantindo sua profissionalização e independência administrativa e financeira.
- Combater a pirataria, reforçar as ações de fiscalização pelo poder público e criar mecanismos de não reinserção de produtos piratas.

9. INTEGRAÇÃO COM ECONOMIA GLOBAL

a) Situação atual:

A corrente de comércio atingiu o valor recorde de US\$ 500 bi em 2021, resultado de um aumento de 34,2% nas exportações e de 38,2% nas importações, entre 2020/2021 (APEX, 2022) – o País está menos fechado, porém as exportações seguem com valor adicionado baixo e largamente dependentes de commodities.

No entanto, desde 2008, o País vem perdendo posições no ranking de exportações da indústria de transformação (CNI, 2021). O Brasil também vem perdendo relevância quando se avalia a produção industrial mundial. Se, em 1994, o Brasil contribuiu com 2,69% do valor adicionado da indústria de transformação mundial, essa participação caiu para 1,32% em 2020.

O aumento das exportações em 2021 foi liderado pela variação dos preços (29,3%), pois a variação no volume foi de 3,2%. Nas importações, a liderança coube ao volume que cresceu 21,9%, enquanto os preços aumentaram em 13,1%.

As commodities (67,7% das exportações totais) explicam o desempenho desse fluxo de comércio. Em valor, as vendas de commodities aumentaram 37,3%, sendo a variação dos preços de 38,9%, acompanhada de um recuo no volume de 1,8%. As exportações de não commodities cresceram 28,1%, resultado do aumento dos preços em 12,4% e do volume em 13,5%.

As importações de não commodities, que correspondem a 91,5% das compras externas do Brasil, teve uma variação em valor de 35,8%, com aumento de 22% no volume e de 11,1% nos preços.

b) Meta:

Aumentar o volume de exportações totais em 50% do atual volume até 2035.

c) Propostas:

- Acelerar a conclusão e a internalização de acordos comerciais vantajosos e estratégicos.
- Aprimorar a governança do sistema público de financiamento e garantias às exportações, assegurando a autonomia e o orçamento dos bancos responsáveis pelas operações dos programas.
- Implementar boas práticas para fomentar o aumento de exportações nos estados, a exemplo da metodologia Rota Global.

10. AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO A PARTIR DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

a) Situação atual:

- [1,6 mil serviços públicos digitalizados nos últimos três anos \(73% do total\).](#)
- [122 milhões de cidadãos com login no gov.br.](#)
- O Brasil está em sétimo lugar no índice de maturidade de governo digital ([GovTech Maturity Index \(GMTI\), Banco Mundial](#)).
- Baixa efetividade dos serviços públicos: o Brasil tem um dos piores desempenhos em Performance do Setor Público entre pares no [Ranking Global de Competitividade](#)²⁰.
- A estrutura complexa e pouco flexível da gestão de pessoas no serviço público brasileiro dificulta a sua adaptação e a implantação de soluções rápidas, e a percepção do cidadão é de que o Estado custa muito, mas entrega pouco.

b) Meta:

Ficar entre os cinco primeiros países no índice de maturidade de governo digital (Banco Mundial).

c) Propostas:

- Aprovar e implementar uma Reforma Administrativa que abranja todos os poderes e esferas, com o objetivo de reduzir desigualdades, melhorar a qualidade dos serviços públicos e aprimorar e fortalecer a gestão de pessoas no setor público brasileiro.
- Institucionalizar e praticar o planejamento de estado de longo prazo.
- Desenvolver a capacidade de elaboração e execução de projetos.
- Aprimorar os sistemas de avaliação das políticas públicas, reforçando iniciativas como o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.
- Avançar na [digitalização de serviços públicos](#) em todas as esferas.
- Acelerar a implementação do login único para serviços públicos.
- Acesso patrocinado aos serviços do e-Gov, garantindo gratuidade ao usuário.

²⁰ O Anuário de Competitividade do IMD 2022 (IMD Competitiveness Center), em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), avalia 63 economias do mundo em termos de sua capacidade de gerenciar fatores e competências que possibilitem alcançar um crescimento econômico de longo prazo.

11. MELHORIA DO AMBIENTE DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

a) Situação atual:

- Gastos com P&D: 1,3% do PIB (27ª posição). Média OCDE: 2,58%.
- Pedidos de patente: 1,93 pedido/milhão: (58ª posição).
- Aplicações de marca: 749,5 aplicações/milhão de habitantes (58ª posição).

(Fonte: [Relatório Global Competitiveness Report – WEF 2019](#))

b) Meta:

Elevar investimentos públicos e privados em P&D para 2% do PIB até 2030.

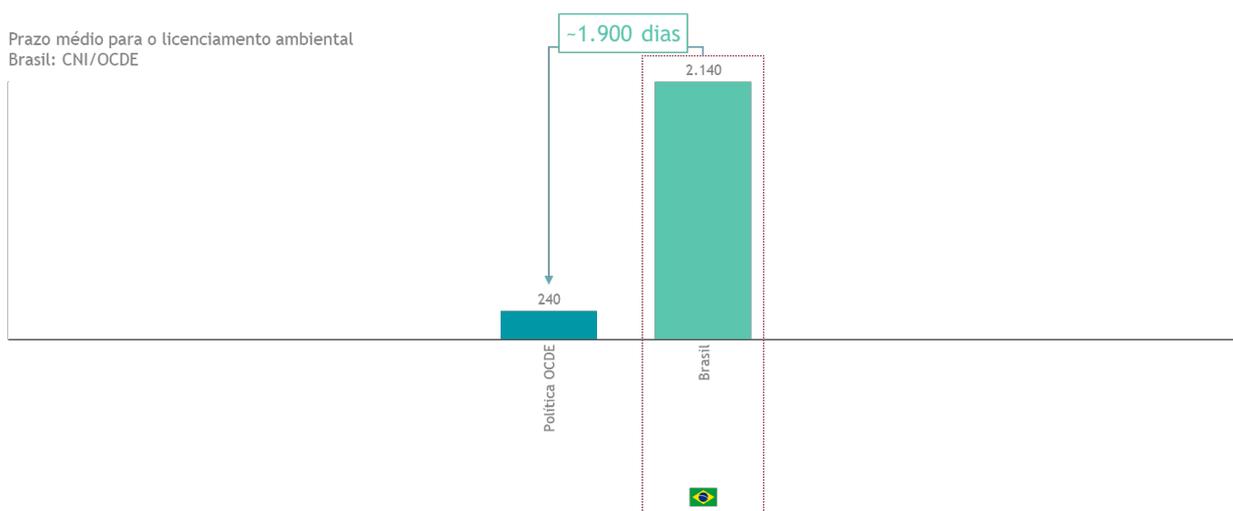
c) Propostas:

- Estruturar uma política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de longo prazo com modelo de governança bem-definido.
- Destruir burocracias que dificultam o financiamento nacional de inovação e fazer levantamento dos resultados dos investimentos em inovação.
- Fortalecer as compras públicas de inovação.
- Revisar limite de dedutibilidade de royalties relativos a produtos inovadores.
- Aumentar a cooperação empresa-academia.
- Fortalecer a formação em STEAM (ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática) em todos os níveis.
- Aperfeiçoar a Lei do Bem e a Lei de Startups.

12. AVANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E MELHORIA DAS REGULACOES AMBIENTAIS

a) Situação atual:

O prazo médio no Brasil do licenciamento ambiental é de 2.140 dias (CNI e Ibama). Imprecisão e baixa efetividade da regulação ambiental: o processo no Brasil é extremamente lento se comparado às políticas da OCDE.



Fonte: OCDE, CNI, IBAMA, Análise CPI

- Legislação ambiental inflada e dispersa: [27 mil normas](#), muitas antagônicas e conflitantes.
- Excesso de judicialização, insegurança jurídica, falta de previsibilidade e transparência.
- O Brasil segue distante da OCDE na promoção de políticas para a sustentabilidade.

a) Meta:

Garantir o arcabouço regulatório que modernize e alinhe a agenda de sustentabilidade às melhores práticas internacionais, assegurando padrões de produção e de consumo sustentáveis e combatendo a mudança climática e seus impactos até dez/2026.

b) Propostas:

- Fortalecer o planejamento e a integração das políticas públicas de gestão territorial

- Reformar o marco do licenciamento ambiental, buscando ganhos de eficiência estatal, redução de custos burocráticos e tratamento isonômico no processo de licenciamento sem perda da qualidade ambiental:
- fortalecimento dos órgãos ambientais, melhoria na fiscalização e criação de políticas que estimulem o uso sustentável dos recursos naturais.
- Regular o mercado de carbono no Brasil com base no modelo de sistema de comércio de emissões (Cap & Trade).
- Ampliar a regulamentação do Recicla+ (Certificado de Crédito de Reciclagem) para viabilizar a participação dos diversos setores econômicos.
- Garantir a plena implementação do marco do saneamento para universalização do sistema até 2030.
- Melhorar a eficiência na gestão de recursos hídricos.
- Implementar uma política de desmatamento líquido zero.
- Instituir uma Política Nacional de Economia Circular.

Organizações que assinam as propostas dos 12 Compromissos para um Brasil Competitivo

**ABFIN
TECHS**
associação brasileira de fintechs

 Associação
Brasileira de
Cimento Portland

ABES associação
brasileira das
empresas de
software


ABICALÇADOS
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS
INDÚSTRIAS DE CALÇADOS

ABIFINA 

ABIMAQ

abinee

ABBiogás

 **abiplast**
Associação Brasileira da Indústria do Plástico

 **ABIQUM**

Abit
têxtil e confecção

 **ABRAFARMA**
Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias

ABRINQ
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DOS FABRICANTES
DE BRINQUEDOS
Fundada em: 02/07/85

AENDA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
DEFENSIVOS PÓS-PATENTE


AIPC
Associação Nacional das Indústrias
Processadoras de Cacau

ACD
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO DIGITAL

 **ABO2O**
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA ONLINE TO OFFLINE

ABPA ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE PROTEÍNA
ANIMAL


ABRA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RECICLAGEM ANIMAL

 **ABRACEEL**
Associação Brasileira dos
Comercializadores de Energia

 **AARB**
ASSOCIAÇÃO DAS AUTORIDADES
DE REGISTRO DO BRASIL

 Associação de
Comércio Exterior
do Brasil - AEB


anahp

Brasscom 

